



OS GOVERNADORES SERGIPANOS, PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: MODALIDADES DE INSERÇÃO, PROCESSO DE RECRUTAMENTO E INVESTIMENTOS NA FORMAÇÃO DE CARREIRAS POLÍTICAS

Fagner dos Santos Bomfim¹

RESUMO

Este periódico faz parte de um estudo mais extenso, apresentado em uma monografia no curso de graduação em Ciências Sociais Bac. (UFS), que teve como objetivo central apresentar uma análise sobre as modalidades de inserção, os processos de recrutamento e investimentos nas carreiras políticas dos governadores sergipanos, eleitos no período pós-redemocratização do Brasil. De forma mais específica, investigamos os recursos sociais (escolares, profissionais e políticos) fundamentais que se destacam e que foram e são valorizados para a ocupação da posição de destaque no maior cargo eletivo dentro do estado de Sergipe: Governador. São analisadas aqui as carreiras dos 05 (cinco) governadores eleitos democraticamente – João Alves Filho, Antônio Carlos Valadares, Albano do Prado Pimentel Franco, Marcelo Déda Chagas e Jackson Barreto de Lima. Metodologicamente, utilizando-se da história de vida como uma técnica de captação de dados sobre os repertórios biográficos desses políticos, buscamos assim, articular pesquisas de cunho histórico e tratamento sociológico, visando promover um estudo dos princípios e critérios de seleção de uma elite política, que se define, sobretudo, pela construção de suas carreiras profissionais, somando-se ao recurso eletivo: o voto. Nessa construção, elites políticas e grupos profissionais, formalizam a construção teórica e relacional de instituição de uma carreira profissional, onde os seus atores tornam-se os políticos profissionais.

Palavras-chave: Elites Políticas. Recursos Sociais. Carreiras Políticas.

¹ Mestrando em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS), membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: bsfg19@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre as modalidades de inserção, os processos de recrutamento e investimentos nas carreiras políticas dos governadores sergipanos, eleitos no período pós-redemocratização do Brasil (1984²-2015). De forma mais específica, investigam-se os recursos sociais (escolares, profissionais e políticos) fundamentais que se destacam e que foram e são valorizados para a ocupação da posição de destaque no maior cargo eletivo dentro do estado de Sergipe. Trata-se, portanto, de um estudo dos princípios e critérios de seleção de uma elite política, que se define, sobretudo, pela construção de suas carreiras profissionais, somando-se ao recurso eletivo: o voto.

Nesse sentido, nosso universo de análise consiste num bloco de atores políticos, que atuam ou atuaram na política sergipana, como uma espécie de grupo dirigente ou estruturas significativas de autoridade e da distribuição de recursos para a consagração eletiva: os governadores – elite política local. Noutro desdobramento, visa examinar as origens sociais e dos recursos políticos e culturais que caracterizam esse grupo político, como também das estratégias acionadas no decorrer dos itinerários sociais e profissionais destes para garantir esta posição de destaque na política sergipana.

Por meio de uma articulação entre a Sociologia Política, Sociologia das Elites e Sociologia dos Grupos Profissionais partimos dos pressupostos analíticos da Sociologia política que nos apresenta as especificidades das instituições e do comportamento político, bem como a sua interação em outras dimensões da vida social. Somando-se a composição de um estudo sobre as elites dirigentes dentro da esfera da política eleitoral, buscou-se ao logo do desenvolvimento deste estudo construir uma apreensão relacional entre exercício profissional e as condições e lógicas de capital que tornam possível o investimento nessa carreira, no estabelecimento de um ofício profissional. Por outro lado, a Sociologia dos Grupos Profissionais, nos direcionara a uma descoberta e problematização das múltiplas e notórias recomposições do campo de trabalho, seus ofícios e suas profissões dos políticos profissionais.

² Embora a redemocratização do País efetiva-se no ano de 1985, Codato (2005), chama de “*Fase de desagregação do regime ditatorial-militar (governo Figueiredo)*”, o período que de novembro de 1982, no qual acontecem as eleições diretas para governadores dos Estados e para 1/3 do senado e o fim dos senadores biônicos, mantidos os mandatos em curso.

Sendo assim, os políticos profissionais que constituem nossa amostra, são os 05 (cinco) governadores eleitos democraticamente pós-ditadura militar, os quais ao longo do período de 32 (trinta e dois) anos, se repetiram no cargo de Governador do Estado de Sergipe, ora por meio das suas reeleições, ora em virtude do retorno ao cargo depois de outro pleito eleitoral. São eles: João Alves Filho (1983-1987; 1991-1995; 2003-2007), Antônio Carlos Valadares (1987-1991), Albano do Prado Pimentel Franco (1995-1999; 1999-2003); Marcelo Déda Chagas (2007-2011; 2011-02 de dez. 2013³) e Jackson Barreto de Lima (dez.2013-2015; 2015-2018⁴).

Enfim, estabelecer a função eletiva democrática de governador como um ofício profissional advém da perspectiva de perceber a política aquém do âmbito apenas quantitativo dos dados e passa a inserir a política no universo das profissões e construção de carreiras profissionais. Esta, vista como um ofício apreendido e aprendido, dotado de habilidades e recursos sociais, que são acionados, valorizados e valorados dentro do cenário de disputa e consagração política. Nessa construção, elites políticas e grupos profissionais, formalizam a construção teórica e relacional de instituição de uma carreira profissional, onde os seus atores tornam-se “os políticos profissionais” (WEBER, 2001).

1. A POLÍTICA GOVERNAMENTAL EM SERGIPE: 1982-2018.

O processo de transição do regime autoritário para o democrático ganhou nova composição através das eleições de 1982, tendo-se em vista o pleito com voto popular pra governador depois de 1962. Contando-se com o respaldo dos governadores eleitos e da sociedade civil, as aglomerações foram se sucedendo em crescimento progressivo, empolgando multidões, que corriam às praças em eventos memoráveis entre novembro de 1983 e abril 1984.

O primeiro governador eleito pelo voto direito no estado de Sergipe foi o ex-prefeito de Aracaju, João Alves Filho. Como governador eleito, em 15 de novembro de 1982, conseguiu ser vitorioso com a mais elevada votação proporcional do país,

³ O final do segundo mandato do governador Marcelo Déda se dá por conta de seu falecimento. Assumindo a gestão do Estado o seu Vice-Governador, Jackson Barreto de Lima, o qual já estava no cargo como Governador em Exercício desde março de 2013.

⁴ O governador Jackson Barreto abdicou do cargo para concorrer às eleições de outubro de 2018, deixando o mandato com o seu vice-governador Belivaldo Chagas.

o qual foi apresentando a sociedade política junto com à participação de novos atores sociais, numa proposta de construir um grupo próprio e com certa autonomia diante das forças de seu partido (PSD). Alheios às demandas do processo democrático, os situacionistas provenientes da ARENA continuavam fechados e predominantes. Assim, representava uma mudança significativa na política sergipana, como não se via desde o início do Regime Militar, mas de amplitude e profundidade limitadas (DANTAS, 2004).

Significativamente, como substrato da sua primeira gestão de João Alves Filho (1983-1987), dirigiu o Estado numa conjuntura agitada e marcada por pressões políticas. De um lado teve que administrar as demandas do seu partido, o PDS, especialmente do poderio de Augusto Franco⁵, seu principal agente articular no início da carreira eleitoral, depois em decorrência de divergências partidárias rompem os laços e em 1985, fundando o PFL. E de outro lado, a influência crescente dos oposicionistas, especialmente do PMDB, respaldado pelas lideranças nacionais. Apesar dos problemas, foi uma gestão de sucesso tanto pelas vitórias políticas, quanto pelas realizações materiais.

Contudo, várias e pesadas críticas foram sinalizadas em sua gestão, segundo Ibarê Dantas (2004), o governo de João Alves Filho proporcionou dois “trens da alegria”, ambos durante o período de campanha eleitoral, esses ‘trens’ consistiam em estratégias de contratação de funcionários públicos para compor o corpo administrativo do estado, dados esses apresentados através do Jornal do Brasil de 1986, mencionando um total de 18.000,00 funcionários. No final do seu mandato teve as suas contas públicas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado e “deixou o Estado em situação financeira com dívidas de difícil rolagem em face dos contratos de escalonamento até o ano de 2017” (citação do Jornal de Sergipe *apud* Dantas *op. cit.*, p. 233). Afinal, pode-se dizer que contribuiu para modernização do campo e da capital, como também desgastou politicamente o grupo Franco (o

⁵ Augusto do Prado Franco foi o 6º mandatário do período autoritário em Sergipe, tomou posse como governador em 15.03.1979, tendo como vice o general Djenal Tavares de Queiroz, ativo militante nas lides políticas do ex-PSD. Augusto Franco exerceu o mandato de deputado federal em 1966 e senador da república por Sergipe em 1970, sendo escolhido pelo Presidente Geisel em 1978 para ser governador do estado de Sergipe. Segundo dados biográficos, desde os anos de 1965 que Augusto Franco articulava-se dentro da política local, favorecido pela sua conjuntura econômica, sendo um dos principais empresários no setor açucareiro e têxtil, diversificando-se também sua zona de expansão para o setor das comunicações, o que o favoreceu estabelecer uma rede de relações profissionais e de dominação política, tanto no estado como fora dele, principalmente em Brasília (DANTAS, 2004; 2014).

qual fez parte), embora não tenha se manifestado aberto a novas forças tendentes a renovar os modos de operar política, antes, pelo contrário, usou abertamente a máquina pública como instrumento eleitoral, estimulando práticas contrapostas aos princípios republicanos de zelo pelos recursos públicos.

O seu sucessor, tomou posse em 15 de março de 1987, o Antônio Carlos Valadares, ex-secretário de Educação e Cultura no governo de Augusto Franco e ex-vice-governador na primeira gestão de João Alves Filho, assume o governo do Estado sobrecarregado de dívidas e promessas de campanha, o qual tenderia a encontrar bastantes dificuldades administrativas. Assumindo principalmente as crises vigentes em todo o país, em decorrência do fim do Plano Cruzado e da retomada da inflação. Entretanto, “apesar dos óbices e do pequeno relevo de sua administração, legou ao seu substituto um Estado em melhores condições do que encontrara. Diminuiu a dependência financeira em relação ao governo federal e deixou a dívida externa na casa de dez milhões de dólares, com receita mensal de dezoito milhões, consumindo cerca de 50% com a folha de pessoal”. Seu governo foi marcado por críticas e pressões por várias categorias, como manifestações na Assembléia Legislativa e nas ruas, críticas acerbadas dos movimentos Sem Teto e dos Sem Terra, greve dos professores, além de ser marcada pela forte presença da intolerância policial contra esses movimentos, por força de pressão do seu próprio governo. O final de seu mandato estava historicamente demarcado pela promulgação da nova Constituição, em 05 de outubro de 1988, que em Sergipe foi instaurada 13 dias depois.

O seu sucessor foi novamente João Alves Filho (1991-1994), confirmando uma espécie de dobradinha de liderança política, sua vitória foi alçada através de uma enorme aliança partidária (PFL, PDS, PMDB, PDC, PL, PCM, PMN, PRN, PRP E PSDB) engendrada pelo seu antecessor. Retorna ao governo nomeando a educação e a saúde como elementos fundamentais, mas deu maior atenção a agricultura irrigada, ao turismo e à habitação, ou seja, projetos que apresentassem maior visibilidade material, conforme fez em seu primeiro mandato.

Posteriormente, em 1995, começa a gestão do empresário Albano Franco (1995-2003), filho de Augusto Franco, ex-governador durante o período militar, sob o slogan “*Sergipe tem Futuro*” (PPR, PMDB, PFL e PSDB), em uma gestão marcada pelo perfil empresarial, mas que ficou marcada pela linha das privatizações, a

exemplo da venda da Empresa Sergipana de Energia (Energipe), atual Energisa. Em uma análise ampla, se mostrou a largos passos um estado impotente diante das demandas sociais, visto que, a criminalização aumentou, e a força policial, embora crescida e mais aparelhada, tornou-se mais problemática. Acompanhando o quadro nacional, a segurança dos cidadãos degradou-se consideravelmente (DANTAS, 2004). Com o fim de sua gestão, assume novamente o governo João Alves Filho (2003-2006), em seu terceiro mandato, entretanto não demonstrou relevantes modificações no cenário social e político do Estado.

Como uma espécie de reviravolta política, fomentada também pela ascensão do PT a Presidência da República e somando-se a boa avaliação da administração federal do mandato de Luís Inácio Lula da Silva, o petista Marcelo Déda ganha à disputa eleitoral contra o ex-governador João Alves Filho, que tentava se reeleger e torna-se governador com o quarto mandato. Antes da corrida eleitoral, Marcelo Déda se encontrava como prefeito da Capital (Aracaju), abdica do cargo e concorre a eleição. Saindo vitorioso desse pleito no primeiro turno da eleição, com 52,48% (cinquenta e dois, quarenta e oito por cento) dos votos válidos.

O governo do petista (2007-2010) foi marcado por desenvolver ações direcionadas ao crescimento econômico e produtivo do Estado, além de ações para a saúde, como a construção de dois novos hospitais regionais e de cerca de outros 12 hospitais municipais, os quais tinham o objetivo de desafogar o atendimento do calamitoso do HUSE (Hospital de Urgência de Sergipe). Além de conseguir junto ao Governo Federal (gestão Lula), a ordem de implantação de um campus de saúde da UFS em Lagarto, e a realização anual dos festejos juninos de Sergipe, que já viraram tradição e é um dos maiores do país, como também a promoção da Praça de São Francisco, em São Cristóvão, como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. Na infraestrutura, os investimentos foram direcionados principalmente a redefinição da estrutura rodoviária do Estado, a exemplo da ponte Joel Silveira e da ponte Gilberto Amado na área sul do estado. Ampliação das redes de abastecimento de água e da duplicação da adutora do São Francisco, além de melhorias na política habitacional, em parceria com o Governo Federal.

Em 2010, Marcelo Déda venceu novamente João Alves Filho no primeiro turno da eleição, ainda que numa eleição mais disputada, e continuou a sua gestão nos mesmos moldes de outrora. Contudo, sofreu críticas excessivas por conta da

não implementação do Piso Nacional de Salários dos Professores, implementado pelo Governo Federal, entretanto o governo do estado afirmava não ter condições de pagar e em virtude disso ocasionou diversas greves dos professores, repercutindo principalmente na popularidade do governador. O ápice desses conflitos se deu com uma greve dos professores estaduais, liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores em educação do estado (SINTESE), que culminou em junho de 2012, com um ato simbólico de protesto e cortejo e sepultamento do Governo Déda, na Praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio-Museu Olímpio Campos. No mesmo ano, o governo Déda, sofre retaliações na Assembleia Legislativa, quando perde a votação do PROINVESTE, uma linha de crédito do BNDES destinada a investimentos nos estados e Distrito Federal⁶, com um orçamento de aproximadamente R\$ 567 milhões, os quais foram direcionados a 30 obras estruturantes no Estado. Em uma segunda votação, o governo sai vitorioso, e nisso se congrega o último ato de governo de Marcelo Déda, que por questão de saúde, deixa o cargo de governador em março de 2013 para tratamento médico e assume o Estado o seu Vice-governador, Jackson Barreto de Lima, político já conhecido no cenário estadual, desde o período da ditadura militar quanto participava do MDB.

Com o falecimento do governador Marcelo Déda, em 02 de dezembro de 2013, Jackson Barreto assume a gestão do Estado no penúltimo ano da gestão Déda (2014). Assumindo principalmente as disparidades políticas e disputas com os sindicatos e lideranças de classe. Destacam-se novamente as questões do Piso Salarial. Sua gestão foi marcada por uma continuidade das ações de estruturação desenhadas pelo “Bloco Déda” (como ficou conhecido o grupo de governo de Marcelo Déda) e deu início aos projetos de infraestrutura das 30 obras aprovadas pelo PROINVESTE, além de ser um ano conturbado em questão da corrida eleitoral tanto do Estado quanto Federal.

Destaca-se aqui uma disputa eleitoral com um anterior correligionário, o senador Eduardo Amorim, que rompeu o apoio ao governador Déda e se lançou como uma nova via de embate ao “Grupo Dedista”, agora representado pela liderança de Jackson Barreto, líder do PMDB em Sergipe. Entretanto, Jackson

⁶ Fonte: Governo viabilizará mais de 30 obras estruturantes em Sergipe com o PROINVESTE. Disponível em: <
http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:32753/governo_viabilizara_mais_de_30_obras_e_struturantes_em_sergipe_com_o_proinveste.html>. Acesso em: 20 de out. 2016.

Barreto foi reeleito, e ainda no final do seu mandato de 2014, resolve exonerar todos os servidores em cargos comissionados do Estado, justificando a necessidade de diminuir as despesas de pessoal no quadrimestre em curso, objetivando a adequação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e ao mesmo tempo anuncia a recontração de cargos em um limite equivalente a 30% do total das despesas com este tipo de função, necessários para a manutenção dos serviços essenciais⁷.

Logo após a sua reeleição, Jackson Barreto (2015-2018) começou a sofrer significativas críticas de seus opositores e com os rompimentos com alguns aliados, como é caso do ex-governador e atual Senador da República Antônio Carlos Valadares. Rompimentos causados pelas disputas eleitorais para o Governo Federal, quando o senador ficou contrário à reeleição da então Presidenta Dilma Rousseff. Sua gestão tem sido marcada por vários desencontros e crises em várias estruturas sociais do Estado, a exemplo da educação, que continua na busca pelo Piso Salarial, e as críticas ao seu novo Programa de Planos e Salários, juntamente com o parcelamento de salários dos servidores públicos e das empresas que prestam serviços ao estado. Outro fato que contribuiu para o desgaste da gestão de Jackson foi à campanha eleitoral para o município de Aracaju, onde o qual se tornou um dos principais articuladores da campanha em favor do ex-prefeito Edvaldo Nogueira (que assumiu o cargo de prefeito quando era vice na gestão de Marcelo Déda, e depois foi reeleito), junto da viúva do ex-governador Marcelo Déda, Eliane Aquino (PT). A disputa ficou centralizada entre o deputado federal Valadares Filho, filho do senador Antônio Valadares e o bloco defendido por Jackson Barreto, o qual saiu vitorioso.

Em meio aos primeiros meses do último ano do seu mandato (07 de abril de 2018), Jackson Barreto, deixa o cargo de governador do Estado para concorrer ao senado federal, sendo substituído pelo seu Vice, Belivaldo Chagas (PSD), o qual já era um velho conhecido da política sergipana, principalmente quando foi vice-governador no primeiro mandato de Marcelo Déda, embora já tenha exercido a função de secretário-chefe da Casa Civil, foi deputado estadual por quatro legislaturas, foi secretário de Estado da Articulação com os Municípios, secretário de

⁷ Governo anuncia exoneração de servidores comissionados. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/politica//ler.asp?id=166392>>. Acesso em: 20 de out. 2016.

Estado da Educação, coordenador geral do Projeto Nordeste, além de ser defensor público aposentado.

2. INSERÇÕES, RECRUTAMENTO E CARREIRA POLÍTICA DOS GOVERNADORES EM SERGIPE

A análise das formas de inserção social, e reconversão de recursos em posições político-eleitorais, trata-se de compreender a dinâmica social, política e da construção de uma carreira política no Estado de Sergipe. Através dos dados coletados conseguimos construir um cenário social característico da política sergipana.

Os recursos sociais na construção de carreiras políticas

De acordo com Coradini (2001), a busca para se obter uma interpretação sociológica da formação das ditas elites políticas e seus mecanismos de inserção na política se dão através de uma análise dos princípios e modalidades de legitimação da pretensão ou da ocupação efetiva de cargos tidos como de natureza política, em eleições de nível mais geral e, portanto, nas quais essa diversidade social e ideológica é muito mais ampla.

Assim, quando falamos em lideranças políticas, elites políticas e grupos dirigentes, as definições dessa liderança nos remetem às mais diversas esferas (sindicalismo, redes de relações pessoais, trabalho comunitário, religião, relações de vizinhança, relações de identidade étnica, partidos, posições partidárias e filiações políticas, etc.), e recursos sociais (competência profissional, vinculação a sindicatos, exercício anterior de cargos públicos, valores morais, recortes territoriais, etc.). Em síntese, a proposta defendida está alicerçada nos recursos escolares, profissionais e políticos exercidos pelos governadores do estado de Sergipe no período de 1984-2015 para a formatação de sua carreira política.

a) Recursos escolares e profissionais

De acordo com os dados obtidos, foi possível construir um quadro sistemático (Quadro 1) que apresenta os governadores e suas respectivas formações escolares e suas profissões, antes de se tornarem políticos. Segundo esse quadro, podemos

observara que dentro do universo dos 05 (cinco) governadores, todos eles possuem nível superior, e foram formados por universidades públicas, principalmente a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e apenas 01 (um) é formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O que nos possibilita interpretar é que basicamente a formação escolar/acadêmica está associada diretamente com a sua origem regional e associada também a sua formação familiar. Outro dado expressivo é a escolha pelo curso de bacharelado em Direito, sendo que 04 (quatro) deles tomaram essa como a sua primeira formação. Isso demonstra significativamente a preferência pelo o que Conniff (2006) vai chamar de *“tradicional bastião da elite cultural”*, visto que o “diploma pós-secundário mais comum entre os membros da elite era o Direito”. Apenas 01 (um), João Alves Filho, formou-se em Engenharia Civil, e dedicou-se a construção de uma Empresa de Construção Civil – “Habitacionais Construções” (SANTOS, 2002, p. 363), entretanto, essa posição estava em ascensão dentro da reconstrução das carreiras profissionais do Brasil, o que não foi diferente aqui no estado de Sergipe.

Quadro 1: Recursos escolares e profissionais dos Governadores de Sergipe

GOVERNADORES	ESCOLARES/ FORMAÇÃO	PROFISSIONAIS
João Alves Filho	Engenharia Civil / Engenheiro (Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia)	Engenheiro Civil;
Antônio Carlos Valadares	Química Industrial/ Químico Direito/ Bacharel (Universidade Federal de Sergipe)	Professor: Química, Física e Matemática; Advogado.
Albano do Padro Pimentel Franco	Direito/ Advogado (Universidade Federal de Sergipe)	Empresário; Presidente da Federação das Indústrias de Sergipe; Presidente da Confederação Nacional das Indústrias.
Marcelo Déda Chagas	Direito/ Advogado (Universidade Federal de Sergipe)	Funcionário do Fisco Estadual; Advogado.
Jackson Barreto de Lima	Direito/ Advogado (Universidade Federal de Sergipe)	Carteiro; Aux. Administrativo da Delegacia da Fazenda; Advogado.

Fonte: Organizado pelo autor, 2016.

Em referência aos recursos profissionais, temos uma variedade de profissões – engenheiro, empresário, advogado, professor, carteiro, funcionário público

estadual e presidente de federações. A profissão de Advogado é a mais acentuada tanto em virtude das carreiras escolares (como acima mencionamos), como uma profissão usada para articulação e iniciação para a carreira política. Escolhemos para critério de análise colocar no mesmo bloco de discussão a profissão de Presidente de instituições federais, mesmo sendo um cargo direcionado por apoio e articulações políticas, ou seja, cargos ditados por indicação política. Curiosamente, encontramos carreiras profissionais que não são constantemente relacionadas à militância política, como carteiro e funcionalismo público, e podemos colocar como objeto de exemplificação também o cargo de professor. A única profissão que não se repete no universo dos governantes é a de engenheiro. Mas observamos um dado expressivo e significativo para compreensão desse recurso social, que é o fato dos governadores já ter exercidos duas profissões, sendo uma de pequena representação social e a outra completamente diferente, o que demonstra uma passagem de “*status*” social através da composição de suas carreiras profissionais.

Conforme Coradini (2008, p. 67), “a advocacia se apresenta como um dos espaços privilegiados para as reconversões, dada a sua característica de representação de interesses”. Assim, as relações sociais que a advocacia congrega, as quais garantem o sucesso de uma sociedade de advogados combinam a especialização técnica com o capital de notoriedade e relações sociais, adquirido a partir da passagem por alta posição no espaço estatal. Semelhante ao que ocorreu no estado de Sergipe.

Para o que está em pauta, tanto os recursos escolares quanto os profissionais, de certa forma imbricam-se, não deixando uma margem significativa de separação entre eles, exceto para aqueles que apenas obtiveram a formação acadêmica, mas que profissionalmente traçaram perfis profissionais completamente diferentes, como é o caso do Albano Franco. Isso demonstra que muitas das vezes a formação profissional torna-se uma espécie de capital necessário para inserção em determinado campo, por exemplo, torna-se necessário forma-se em advocacia para obter respaldo social e assim se inserir no cenário político.

b) Recursos políticos

Os dados obtidos através das pesquisas e das entrevistas biográficas nos permitiu construir o quadro abaixo (Quadro 2), onde se fez uma escolha por dividir o

recurso político em dois blocos: um referente aos partidos e filiações; e o outro referente aos cargos políticos exercidos por esses governadores. Conforme demonstra o quadro

Quadro 2: Recursos políticos dos Governadores de Sergipe

GOVERNADORES	PARTIDO E FILIAÇÕES	CARGOS POLÍTICOS
João Alves Filho	PDS – Partido Democrático Social PFL - Partido da Frente Liberal DEM - Democratas	- Prefeito (Aracaju) – 02 mandatos - Governador – 03 mandatos - Ministro Federal do Interior
Antônio Carlos Valadares	Arena – Aliança Renovadora Nacional; PTB – Partido Social Trabalhista PFL - Partido da Frente Liberal PP – Partido Progressista PSB – Partido Socialista Brasileiro	- Prefeito (Município de Simão Dias); - Secretário da Educação e Cultura; - Deputado Estadual; - Deputado Federal; - Governador; - Vice-governador; - Senador – 02 mandatos - 2º Vice-presidente do Senado Federal
Albano do Padro Pimentel Franco	Arena – Aliança Renovadora Nacional; PDS – Partido Democrático Social PRN – Partido da Reconstrução Nacional PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira	- Deputado Estadual; - Deputado Federal; - Governador – 03 mandatos - Senador – 02 mandatos
Marcelo Déda Chagas	PT – Partido dos Trabalhadores	- Deputado Estadual; - Deputado Federal; - Prefeito (Aracaju) – 02 mandatos - Governador – 02 mandatos
Jackson Barreto de Lima	MDB – Movimento Democrático Brasileiro PCB – Partido Comunista Brasileiro PDT – Partido Democrático Trabalhista PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro	- Prefeito (Aracaju) – 02 mandatos - Vereador - Deputado Estadual; - Deputado Federal – 04 mandatos - Vice-Governador; - Governador

Fonte: Organizado pelo autor, 2016.

Iniciamos nossa análise através da composição dos partidos políticos. Dentre os quais, percebemos uma evolução e ou transferência partidária muito

diversificada. Contudo, as projeções partidárias apenas nos apresentam um norte do que são as articulações necessárias para a construção de uma carreira política de acesso. Essas estarão interligadas principalmente a ideologias políticas e a construções identitárias e de lideranças administrativas dos blocos de gestão política.

Com base nos dados apresentados, podemos apreender que analisando o universo amostral dos 05 (cinco) governadores, 04 (quatro) deles tiveram durante sua carreira política a passagem por 04 (quatro) partidos diferentes, com exceção apenas de 01 (um) o governador Marcelo Déda, que desde o início de sua carreira política foi apenas em um único partido, o Partido dos Trabalhadores (PT). Um fato curioso é o caso do governador João Alves Filho, suas transferências de partido estão associadas inicialmente a uma escolha partidária por indicação, como afirma Ariosvaldo Figueiredo (1996), ao PDS, liderado pelo grupo de Augusto Franco, depois com o rompimento entre os dois, o então governador passa a ser o principal representante do PFL no estado e lidera a oposição situacional de quando não estava no cargo de governo, trocando novamente de partido em virtude da extinção do PFL e tornando-se DEM.

A maior “mudança de partidos” que observamos é do governador Antônio Carlos Valadares, o qual participou ao longo de sua vida política de 05 partidos (Arena, PTB, PFL, PP e PSB). Sendo que no PSB torna-se a principal liderança política do Estado, a ponto do partido ser representado pela própria figura do Senador. Semelhantes posições estabelecem o prefeito João Alves no DEM e o ex-governador Marcelo Déda no PT. Por se tratar de questões partidárias, temos o empresário Albano Franco, como um grande exponencial do PSDB dentro do cenário estadual e nacional, lembrando-se que foi principalmente nas gestões federais presidenciais do “Grupo Psdbistas” que ele exerceu o cargo de presidente da Federação das Indústrias de Sergipe e da Confederação nacional das Indústrias.

Já o governador Jackson Barreto, representa o PMDB no estado, contudo quando analisamos sua trajetória política partidária, percebemos também que já passou por 04 (quatro) partidos diferentes, dentre esses os principais partidos de esquerda e ou de oposição do Brasil, como é o caso do MDB e do PCB. O que o liga politicamente ao grupo de esquerda formado pelo ex-governador Marcelo Déda no início dos anos de 2007, quando Déda se torna governador do Estado.

Na análise dos cargos eletivos e indicativos desempenhados pelos governadores, percebemos uma linear composição das posições assumidas no Estado. No universo dos 05 (cinco), 04 (quatro) iniciou sua vida política como prefeitos municipais, sendo desse total 03 (três) como prefeitos da capital e 01 (um) como prefeito do município do interior – Simão Dias. Sendo que apenas 01 (um) foi vereador, como é o caso do governador Jackson Barreto. Esse fato é importante, pois casa-se com a afirmativa de Queiroz (1976) quando afirma que a célula da política é o município, ou seja, é no município onde iniciam os primeiros contatos com a dinâmica da política, onde os políticos iniciam as práticas necessárias para o recrutamento e a inserção da construção do ofício da política: suas habilidades e competências para as articulações e conjunturas na “arte de representar”.

Um primeiro contato para a ascensão na corrida profissional política, apenas 01 (um) iniciou sua vida pública como vereador, os outros se tornaram deputados, aqui observamos que 04 (quatro) exerceram esse cargo no executivo estadual, sendo que apenas o João Alves Filho nunca exerceu esse cargo. Por seguinte, como uma tática de articulação e maior poderio político e representação nacional esses políticos direcionam esforços e recursos para tornarem-se deputados federais. É o que acontece com 04 (quatro) desses governadores, a exceção novamente é João Alves Filho que não exerce também esse cargo. Na escala evolutiva de ascendência política, temos o cargo de vice-governador, o qual apenas foi preenchido por 02 (dois) dos governadores pesquisados, o senador Antônio Carlos Valadares e o governador Jackson Barreto de Lima. Os outros saíram da posição de deputados federais e se posicionaram como governadores.

Um fato curioso que vale pontuar é a questão de apenas 01 (um) não ter se tornado deputado, como é o caso do ex-governador João Alves, mas sim sair do segundo degrau eletivo – prefeito – e torna-se logo em seguida governador, muito por conta da força da conjuntura histórica e política que favoreceu esse deslocar na carreira política. Esse motivo foi fortalecido em virtude do Regime Militar, tendo-se em vista que quando João Alves chega ao cargo de prefeito por indicação direta do então governador do estado, o Sr. Augusto do Prado Franco. É significativo observar, que a carreira política do ex-governador João Alves Filho não perpassa pelas carreiras de deputado estadual e ou federal, sua projeção se dá desde quando se torna prefeito da capital e em seguida governador e ministro.

Contudo, ampliando a nossa análise, que toma como cargo máximo o cargo de governador, observamos a projeção política de 02 (dois) desses políticos como senadores da República pelo estado de Sergipe, é o caso de Albano do Prado Pimentel Franco e de Antônio Carlos Valadares, sendo que este último permanece no cargo e já o assumiu por 03 (três) vezes consecutivas, chegando a ser nomeado como 2º Vice-presidente do Senado Federal. E o que acontece também na carreira do atual prefeito da capital João Alves Filho, que atingiu um alto cargo na esfera federal, sendo nomeado como Ministro de Estado do Interior na gestão do ex-presidente José Sarney, em 1987.

Percebe-se que dentro do estado de Sergipe, o cargo de governador se mostra como o principal cargo político a ser adquirido dentro dos campos políticos e em suas redes de liderança e legitimação da dominação eleitoral. Todos os governadores quando exerceram esses cargos serviu de aporte para uma projeção social e política nacional, ou seja, “o grau de sucesso numa elite é ocupado pelo número de posições ocupadas” (LOVE & BARICKMAN, 2006, p. 90).

Redes de relações familiares, de amizades e acadêmicas

Outras análises são possíveis quando interpretamos esses recursos, tanto escolares como profissionais e políticos, numa amplitude maior do que apenas os seus cargos e títulos formalmente instituídos. A proposta aqui é conceber esses recursos em uma espécie de trajeto, onde cada escolha direciona a consequências frutíferas de outras. Ou seja, por exemplo, a atuação militante estudantil não está posicionada apenas em sua atuação de Centro Acadêmico, mas ali se inserem outras esferas sociais, como a passagem ou a base da articulação política, pois são nesses universos paralelos de afirmação que se constroem as novas redes de relações políticas desses atores.

Isso fica claro através da própria socialização familiar e condução política, ou seja, a continuidade da trajetória política da família, como aconteceu com Albano Franco, que seguiu a trajetória política familiar – seu avô, seu pai e seus tios. Deixa-se claro aqui a inclinação familiar para o ingresso na carreira política, como se o ato de ser político já estivesse inserido em sua trajetória pessoal, mas condicionada também pela própria articulação familiar.

Outro exemplo de socialização para a composição da carreira de governador se dá através das relações de amizade somadas a vida acadêmica. Exemplo disso fica claro nos relatos de Marcelo Déda, que sinalizava as suas amizades com os vizinhos, senhores mais idosos, que participaram ativamente dos movimentos democráticos junto ao partido de esquerda em Sergipe como estimulantes para o acesso a política sergipana (SANTOS, 2002). Como também quando Jackson Barreto aponta que as relações de amizade adquiridas junto a sua vida acadêmica, o conduziram a composição de seu trajeto político, quando afirma, “[...] meus companheiros de Atheneu que faziam parte do grupinho eram Mário Jorge Vieira, Wellington Manguiera, João Augusto Gama da Silva, Benedito Figueiredo, Moacir Mota e Sílvio Santana Filho. [...]” (SANTOS, 2002, p. 350).

Mas a própria trajetória acadêmica desses governadores tornou-se um ponto fundamental para a inserção na carreira política, a exemplo de Albano Franco que atribui a sua entrada no Curso de Direito da Faculdade de Direito (UFS), quando foi Presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero e Presidente Estudantil de Direito, percurso esse significativo para a carreira profissional do ex-governador, pois adquiriu contanto com os seus futuros aliados políticos. Semelhante perspectiva apresenta João Alves Filho, que na faculdade de engenharia ingressou na Juventude Universitária Católica (JUC), e o Marcelo Déda, que iniciou sua ascensão e militância política na academia quando entrou na Faculdade de Direito, em meio a Ditadura Militar, e dentro do Movimento Estudantil da UFS o levou a sua militância partidária na fundação do PT em Sergipe.

Quando se reportam aos trajetos estabelecidos dentro da vida profissional, os ex-governadores demonstram várias linhas de articulações em diversas redes de relações. Redes estabelecidas no próprio convívio da rotina de trabalho, oportunizando um espaço de construção de sua imagem política, como demonstra Jackson Barreto, durante o período que foi funcionário do Correios, que lhe deu oportunidade de manter um contato permanente com pessoas de diversas camadas sociais. Ou pela socialização dentro da rotina diária da própria atividade profissional, pois conforme observado à biografia de Albano Franco, desde o seu primeiro emprego na indústria de seu pai, Augusto Franco - a Fábrica Sergipe Industrial – onde trabalhava no escritório da indústria e desenvolvia várias funções, mas que não o proibia de traçar relações na política, ou seja, “*fiquei trabalhando na usina,*

mas não me desliguei da política. Fui secretário geral da ARENA, depois, presidente do PDS em Sergipe". (SANTOS, 2002, p. 69). Assim também demonstra Antônio Carlos Valadares, que atribui uma militância dupla, tanto na atuação profissional como advogado e como político, "*a advocacia que exercia era gratuita, enquanto deputado estadual, por oito anos, na cidade de Simão Dias, e em Poço Verde*". Aqui é importante observar que claramente o recurso profissional é acionado como um trunfo eleitoral.

Apreender por meio desses relatos, nos possibilita perceber como a mobilização desses recursos, sejam eles políticos, escolares, profissionais e até mesmo as relações sociais estabelecidas e identificadas na trajetória política desses políticos profissionais, condizem a uma ampliação do que identificamos em nosso estudo como trunfos para a construção da carreira política e assim empreender que a formatação dessa carreira requer a construção de um ofício respaldado em várias e multifacetadas esferas sociais.

O que percebemos, é que esses governadores se distinguem por uma característica própria, ao mesmo tempo em que têm na profissão uma das suas bases de recursos políticos, não é na sua condição de representantes profissionais de determinada categoria de trabalho – engenheiro, administrador, funcionário público etc., - que constitui sua representatividade social e suas pretensões políticas, e sim em sua trajetória política como profissionais políticos.

Desta feita, a política torna-se o campo de atuação onde eles se demonstram como ávidos detentores do seu conhecimento, chegando até mesmo a se tornarem os dirigentes e líderes das habilidades e competências necessárias para fazer parte desse universo, como se esse fosse um universo propício apenas àqueles que estejam vinculados a suas redes de relações e filiações partidárias. Esses são identificados como políticos profissionais, dotados de ares de notabilidade eleitoral, uma espécie de 'elite eletiva', líderes políticos que constroem e realimentem as redes de inserção e recrutamento para tal posição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise desses recursos empreendemos uma análise dos 05 (cinco) governadores sergipanos que obtiveram sucesso político pós-regime militar

num período de 1982 (quando se inicia as eleições diretas nos estados) até outubro de 2016. Esses foram sinalizados como uma elite política, os políticos profissionais, pois tratamos da constituição de uma carreira política tomando o estado de Sergipe como palco para essa discussão.

Contudo, o ponto crucial dessa pesquisa se traduz na perspectiva de demonstrar a dinâmica de relações estabelecidas dentro do universo da política: as ações, afetos, desafetos, articulações, rompimentos, construções partidárias, fortificação de lideranças, criações de lideranças, poderes diversos nas diversas esferas sociais que costuram o tecido “quase transparente” da competição eleitoral. Foi por meio da compreensão da construção dessa carreira profissional que apreendemos a importância das trajetórias políticas, as quais muitas das vezes estão imbrincadas com os traços familiares – a parentela e o parentesco sanguíneo e familiar - na política. Ou seja, nesta base profissional, não está em jogo apenas a composição educacional e profissional, mas principalmente as suas ligações externas e internas.

Como uma carreira profissional, a política apresenta características próprias, uma dinâmica própria, um jogo curricular próprio, uma oratória de vocação e vocativos próprios, que muitas das vezes estão alicerçados na intenção subjacente de mitigar os entendimentos dos leigos em sua lógica racional própria. Como uma espécie de uma instituição acadêmica, esta é aprendida e apreendida por “disciplinas” que são organizadas e eliminadas de acordo com as situações comuns estabelecidas no dia a dia da própria política. Uma regeneração titular de lideranças, acordos e trunfos são relacionados para a conclusão desse curso, e assim formatar os eu ofício de trabalho. É importante falar que entender a atuação desses políticos dentro de uma carreira corresponde a um ofício, ofício esse baseado em itinerários diversos onde nem sempre existe um único direcionamento de análise.

Assim, os estudos dos recursos sociais, tornam-se uma importante via de interpretação desse ofício, pois percebemos que podemos uma variedade de possibilidades de explanações quando esses são acionados como trunfos para a “arte de representar” (GRILL, 2008). Aqui, escolhemos três recursos: escolar, profissional e político. Esses foram escolhidos por serem os mais difundidos e apresentados pelos políticos quando adentram ao universo partidário, como uma espécie de comprovação para a execução dos cargos aos quais pleiteiam concorrer

e serem vencedores. Nessa lógica, os governadores são os investigados, pois permitiram entender tomando o maior cargo eletivo como o ápice da carreira profissional, ou seja, se conseguimos apreender com base nas trajetórias e nos recursos sociais por eles apresentados os traços de seu sucesso profissional, ampliamos o nosso entendimento da política numa lógica de reconversão de recursos e refutamos, ou nos propomos suscitar questionamentos sobre isso, no que diz respeito a sucesso profissional atrelado apenas a força partidária.

Desta feita, um ponto importante apreendido por meio dessa análise é entender a lógica de estruturação da política sergipana, que mesmo em meio a uma democratização efetiva pós-ditadura militar, a sua elite política é representada principalmente pelos laços históricos das vias dessa mesma ditadura outrora repreendida. São alianças que demonstram redes de articulação que identificadas como “novas representações da democracia sergipana” e que numa análise mais profunda de suas bases partidárias e de suas redes, demonstram traços de ligações com os setores mais centralizadores e dominadores da política local, numa espécie de círculo vicioso dessa elite política local.

REFERÊNCIAS

- CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. IN: **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005.
- CONNIFF, Michael, “A Elite nacional”, In: HEINZ, Flavio M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 99-122.
- CORADINI, O. L. (Org). Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DANTAS, I. **História de Sergipe**: República (1889-2000). RJ, Tempo Brasileiro, 2004.
- DANTAS, I. **A tutela militar em Sergipe (1964-1984)**. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- FIGUEIREDO, A. **História Política de Sergipe**. Aracaju, 1996.
- GRILL, I. G. **Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA)**: pesquisas recentes. São Luís: EDUFMA, 2008.
- HEINZ, F. (Org.). **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villa-Lobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOVE, J. L., BARICKMAN, B. J. Elites regionais. IN: HEINZ, F. **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

MALUF, R. T. Carreiras políticas no Brasil: amadores e de passagem nas Câmaras Municipais de SP e RJ. IN: **Ideias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**. São Paulo: SP, 2010. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/61/57>>. Acesso em: 18 de out. 2016.

OLIVEIRA, S. R; CLOSS, L. Q. **História de Vida e Trajetórias Profissionais**: uma proposta interdisciplinar para os estudos de carreira. IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR201.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2016.

PETRARCA, F. R. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. IN: CODATO, Adriano. PERISSINOTTO, Renato. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p.151-181.

QUEIROZ, M.I. Contribuição para o estudo da Sociologia Política no Brasil. IN: _____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SANTOS, O. **Memórias de políticos de Sergipe no século XX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

WEBER, M. **Ciência e política**: Duas vocações. 3.ed. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2001.